

O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/_____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

_____.

DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): _____

_____.

EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

QUAL A REPERCUSSÃO FUNCIONAL DA DEBILIDADE NO MEMBRO SUPERIOR/INFERIOR, ATINGIDO?

Sem mais, em ____/____/_____.
(Assinatura – carimbo – CRM)



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Marcia Raquel F. da S. Lopes brasileiro(a) casada, vendedora portador do CPF: 06488278444, residente na Rua: Antonio Carlos Bezerra do Aeroporto Bairro: _____, cidade Mossoró, com

os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 25/06/2020.

Contratante: X Marcia Raquel Felix da Silva Lopes

Contratado:

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Marcia Raquel F. da S. Lopes, brasileiro(a)-
casada, vendedora, portador do RG nº 62.163.821.5, e do
CPF nº 064.882.784.44, residente na
RUA: Antonio Loucas Bezerra, BAIRRO:
Belo Horizonte, cidade Mossoró - Rio Grande
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986,
Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em
geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na
Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar,
assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar
quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo,
receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação,
apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer
esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará
judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento,
representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar
apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao
Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o
direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 25 / 06 / 2020.

Outorgante: X Marcia Raquel Felix da Silva Lopes
• Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de
13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Marcia Raquel F. da S. Lopes, brasileiro, casado,
Vendedora, com CPF n° 06488278444, residente na
Rua Antonio Loucas Bezerra n° 09, BAIRRO: Belô Horizonte
Mossoro -RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 25 / 06 / 2020.

Declarante: x Marcia Raquel Felix da Silva Lopes

CP - Decreto Lei n° 2846 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omittir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Marcia Raquel Felix da S. Lopes, brasileiro(a), casado, do war
portador do RG nº 62.163.321-5, e do CPF 064.882.784-44, residente na
R. Antonio Loucas Bezerra, na Cidade de Mossoró - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 25 / 06 / 2020.

Declarante: X Marcia Raquel Felix da Silva Lopes

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

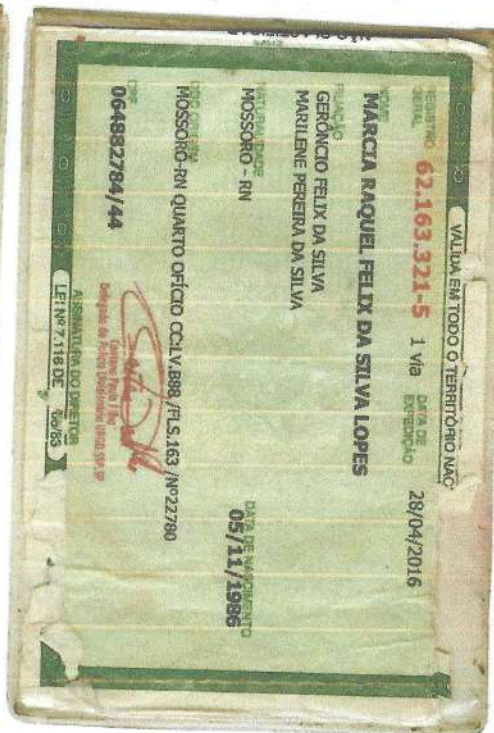
Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.





9804-2204



200.360.685 72 (PIS)

TRABALHADOR

Esta é a sua Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

131.53426.64-2

NÚMERO

2302286

SÉRIE

002-0

UF

RN

Maneia Raquel Felix da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



02

QUALIFICAÇÃO CIVIL

BRASILEIRO

05/11/1986
NASCIMENTO

CPF: 064.882.784-44

NOME: MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA

LOC. DE NASC.: MOSSORÓ - RN

FILIAÇÃO: GERONCIO FELIX DA SILVA

MARILENE PEREIRA DA SILVA

DOC. APRESENTADO: RG 002536983 SSP RN

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO

LEI Nº 949, DE 18 DE MAIO DE 1995

RG: 002536983

LOCAL DA EMISSÃO: CENTRAL DO CIDADÃO MOSSORÓ-RN

EMISSÃO: 13/06/2007

Assinatura do Emissor

Assinatura do Emissor

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE

DOCUMENTO

PARA

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME: Maneia Raquel Felix da Silva

DOCUMENTO: C.C. 131.53426.64-2 PIS 163

N. Termo: 22/13/2007 PIS 163

Motivo: 12009506

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

LEGENDA
A - CASAMENTO C - DIVÓRCIO E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEP. JUDICIAL D - ADOÇÃO F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA





| 20 | ALTERAÇÕES DE SALÁRIO |
|--------------|------------------------------|
| AUMENTADO EM | 01/09/2007 PARA R\$ 3.800,00 |
| MOTIVO | Reajuste V |
| AUMENTADO EM | 01/01/2008 PARA R\$ 4.144,20 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/09/2008 PARA R\$ 5.200,00 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/10/2008 PARA R\$ 6.160,00 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/10/2008 PARA R\$ 1144,20 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/11/2008 PARA R\$ 1.235,35 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/09/2009 PARA R\$ 1.334,61 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/08/2015 PARA R\$ 1.433,30 |
| MOTIVO | Reajuste |

SUPERMERCADO BOX SAITO LTDA

| 21 | ALTERAÇÕES DE SALÁRIO |
|--------------|-------------------------------|
| AUMENTADO EM | 01/03/16 PARA R\$ 1.470,65 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/09/2016 PARA R\$ 1.612,13 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 01/03/18 PARA R\$ 1.760,00 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 08/04/19 PARA R\$ 1.100,00 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 23/08/2019 PARA R\$ 23.285,48 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 1/1/20 PARA R\$ 1.100,00 |
| MOTIVO | Reajuste |
| AUMENTADO EM | 1/1/20 PARA R\$ 1.100,00 |
| MOTIVO | Reajuste |

Informação invalida: contador
CPC/RN - 01234

João Carlos Junior

TIM S.A.
Rua das Primulas, 661
Redinha - Natal - RN
CNPJ: 02.421.421/0028-31 - I.E.: 20.084.236-6
CNPJ da Matriz: 02.421.421/0001-11



Página 1 de 2

R\$ 54,99

VENCIMENTO
10/03/2020

EMIÇÃO: 19/02/2020
POSTAGEM: 27/02/2020
FATURA: 4191946317

MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES
ANTONIO LUCAS BEZERRA, 09, OUTROS
BELO HORIZONTE
59604-431 - MOSSORO - RN

CLIENTE: 1.81681894

CPF/CNPJ: 06488278444

ACESSO: 84 99804-2204

DÉBITO AUTOMÁTICO: 00000009139297634012

IMPORTANTE PARA MARCIA

RESUMO DA SUA CONTA DE 19/JAN A 18/FEV

Serviços TIM S.A.

VALOR



TIM Controle Smart

R\$ 54,99

VEJA ABAIXO O RESUMO DA SUA CONTA
MENSALIDADES

Vantagens que seu plano oferece

TIM Controle Smart: 84998042204 (101/PÓS/SMP)

TIM Globo Livros

TIM Banca Jorais

Desconto Franquia TIM Controle

Desconto Serviços VAS TIM Controle

| FRANQUIA | CONSUMO | QUANTIDADE | Nº DIAS | PERÍODO | VALOR |
|-----------------------|---------|------------|---------|---------|----------|
| - | - | 1 | - | - | 64,99 |
| - | - | 1 | - | - | Incluído |
| - | - | 1 | - | - | Incluído |
| - | - | 4/12 | - | - | -7,00 |
| - | - | 4/12 | - | - | -3,00 |
| Total de Mensalidades | | | | | 54,99 |

MAIS DETALHES DA SUA CONTA

Você pode ver sua conta detalhada sempre que desejar, com toda a comodidade e segurança, no App Meu TIM. Para acessá-la, visite www.appmeutim.com.br do seu celular TIM. Central de Atendimento: 1056

CONTA DIGITAL TIM

Mude para Conta Digital! Você receberá sua fatura por e-mail, SMS e ainda poderá visualizá-la, a qualquer momento, pelo App ou Site Meu TIM. Acesse o App ou visite meutim.com.br para mudar para Conta Digital!

| IMPOSTO TIM S.A. | ALÍQUOTA | BASE DE CÁLCULO | VALOR | FUST: R\$ 0,26 |
|-----------------------------------|----------|-----------------|-----------|------------------|
| ICMS | 30% | R\$ 18,49 | R\$ 11,55 | FUNTEL: R\$ 0,13 |
| PIS/COFINS - Serviços Telecom | 3,65% | | | |
| PIS/COFINS - Serviços Não Telecom | 9,25% | | | |

Em atendimento à Lei 12.741/2012
As contribuições ao FUST (1%) e FUNTEL (0,7%) não são repassadas às tarifas

Informações Complementares - Plano(s) e Serviços de Valor Adicionado (SVA)
 Incluídos no(s) Plano(s)

| | |
|-------------------------|-----------|
| Franquia(s) | R\$ 45,49 |
| SVA | R\$ 19,50 |
| Desconto(s) Franquia(s) | R\$ -7,00 |
| Desconto(s) SVA | R\$ -3,00 |





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE Ocorrência

Este Boletim de Ocorrência foi devidamente homologado pela Delegacia Virtual e liberado para impressão definitiva.
A aceitação deste documento está condicionada a verificação de sua autenticidade pela Internet na área de acompanhamento e consulta de registro de Ocorrências da Delegacia Virtual, no endereço <http://www.defessocial.m.gov.br>

Unidade Policial: DELEGACIA VIRTUAL
Endereço:

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2020001029157

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

1.2 Data de Expedição: 24/06/2020 10.30.52

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 09/04/2020 20.00.00

2.3 Número: S/N

2.5 Complemento:

2.7 Bairro: BOA VISTA

2.9 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

2.2 Logradouro: AV COELHO NETO

2.4 CEP: 59.605-320

2.6 Ponto de Referência: PRÓXIMO À UM POSTO DE COMBUSTÍVEL

2.8 Cidade: MOSSORÓ

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES

3.3 Etnia: PARDO

3.5 Mãe: MARILENE PEREIRA DA SILVA

3.7 Sexo: FEMININO

3.9 CPF: 06488278444

3.11 Nacionalidade:

3.13 Profissão: VENDEDORA

3.15 Telefone(s):

3.17 Número: 9

3.19 Bairro: BELO HORIZONTE

3.2 Estado civil: Casado(a)

3.4 Pai: GERÔNIO FELIX DA SILVA

3.6 Data de Nascimento: 05/11/1986

3.8 RG: 621633215 - SSP/RN

3.10 Passaporte:

3.12 Naturalidade: MOSSORÓ/RN

3.14 E-Mail: MOSSOROSEGUROS8@GMAIL.COM

3.16 Logradouro: RUA ANTONIO LUCAS BEZERRA

3.18 CEP: 59604431

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S)

(NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS DA OCORRÊNCIA

7. DOS FATOS

7.1 Histórico

A vítima informa que no dia, local e horário acima citado transitava pela via, como condutora de uma motocicleta Honda Pop 100, Chassi 9C2HB0210FR004311, Renavam 01026535619, Placa OWF 7789/RN, 2014/2015, de cor vermelha, licenciada em nome próprio, quando ao passar por uma lombada, perdeu o controle do veículo, caindo bruscamente ao solo, sendo socorrida por populares e encaminhada ao Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia, nesta cidade.

8. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

9. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Comunicante: MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES

Data: 24/06/2020 13.56.04

10. PROVIDÊNCIAS (RESERVADO A AUTORIDADE POLICIAL)

Este Boletim de Ocorrência foi devidamente homologado.

Atendimento: 2084252 - SHYRLEY LIDIANE DO REGO CARNEIRO

Impresso por: WEB em 25/06/2020 09:37:06

FINAL DO BOLETIM DE Ocorrência

x marcia Raquel Felix da Silva Lopes.





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 6731 /2020

Admissão: 09/04/2020 21:01:33

OK

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 38103 - MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES (33 a 5 m 4 d)

Nascimento: 05/11/1986

Natural: MOSSORO.BRASIL

Sexo: F Cor: BRANCA

CNS: 703007848637874

CPF: 06488278444

Prof:

Mãe: MARILENE PEREIRA DA SILVA

Pai: GERONCIO FELIX DA SILVA

Logradouro: ANTONIO LUCAS BEZERRA, 9

CEP: 59604431

Bairro: BELO HORIZONTE

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.98042204

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: SAMU RN

*Empresa:

OBS: TRAZIDO PELO SAMU EM PROTOCOLO

Classificação:

PESO:

09/04/2020 21:00:22

| HORA | P.A. | HGT | SatO2 | FIO2 | F.R. | F.C. / Pulso | TEMP. | Glasgow | RTS |
|------|--------|-----|-------|------|------|--------------|-------|---------|-----|
| | 130/80 | | 98 | | 17 | 104 | | | |

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: 21 ANOS.. QUEDA DE MOTO. CONSCIENTE ORIENTADA, ECG 15. TRES CORTES CONTUSO EM REGIAO DE LABIOS/ MENTO. DEFORMIDADE EM MIE E CORTE CONTUSO COM PERCA DE TECIDO EM MID

Dt e Hora:

Queda de moto, atropelado. Refere dor e MSE, membros inferiores, abdômen, membros superiores e membros inferiores + dor cervical.

A - RA Pericard, com CC

B - MV + 2 Sinais, se RA

C - FC 99 PA 130/80

D - ECG 15 PZFR

E - Abdômen, dor cervical, FCC e dor de S, abdômen indolor, pelve intacta.

CD: TC crânio + coluna cervical + R + torax + Antebraço eq

Diagn. Inicial: Anal do NCR + BME + Ortopedia

Assin:

Dr. Marcos Antonio Nogueira Mendes
Cirurgião Geral Endoscopia Digestiva
CRM/RN 1877

PRESCRIÇÃO:

VIA

HORÁRIO

ASSINT.

23/04/20 NCR 23:00 Pronto soc 33 anos, com relato de atropelamento + queda de moto, evoluindo com amputação. Ao exam: ECG 15, com alterações pericardiais evidentes, limitação algida em MSE, dor cervical. TC de crânio + coluna cervical dentro da normalidade. CD: Alta com orientações.

23/04/20 - Exatidão da 1ª - QI 15 + AG 15. Dipeptidase - ECG - 15.

Dr. Marcos Antonio Nogueira Mendes
Cirurgião Geral Endoscopia Digestiva
CRM/RN 1877

Dr. Juliano José da Silva
Médico
CRM/RN 7389

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO
SIA CONFORME O ORIGINAL
CAME MOSSORÓ 01/06/2020

SOME/ARQUIVO

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID

Proc.

Data:

/

/20.

Hr:

Médico:

*Gerado via SX por KLEBER RICARDO DE FRANCA BEZERRA. Impresso em 09 de Abril de 2020.

(Assinar e Carimbar)



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 08/09/2020 17:19:55

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20090817195299400000057174987

Número do documento: 20090817195299400000057174987

Num. 59583649 - Pág. 1

22.06. 201401 ASSINADO ELETRONICAMENTE POR: KELY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO

GRUPO HOSPITALAR REGIONAL TARCISIO DE MESSORO

GRUPO HOSPITALAR REGIONAL TARCISIO DE MESSORO

RECEBIMOS DE V. R. MESSORO 01/10/2020

CONFORME O ORIGINAL

Dr. Antonio Placido de S. Neto
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA
CRM 1.181-RN

BMF: AS 22:40h.

Paciente vítima de queda com umto,
PORTA TRAUMA FACIAL COM FERIMENTO
ESTREITO EM LÁBIO SUPERIOR E
MUCOSA ORAL. AO EXAME DO T.C.
DE FACE NÃO HÁ SINAIS DE FRA-
TURA.

FEITO ANTISSEPSIA + ANEST.
LOCAL + SUTURA. MEDICADA P/ CASA
E ORIENTADA.

 Dr. Placido Dr. Placido

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE MESSORO
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
ME MESSORO 01/10/2020
Bina
SAME/ARQUIVO

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO DE MESSORO
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
ME MESSORO 01/10/2020
Bina
SAME/ARQUIVO



PACIENTE: MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES
SOLICITANTE: RAIO X
CONVÊNIO: PARTICULAR
DATA: 29/04/2020

RX DE PUNHO ESQUERDO

- Grafia obtida sob aparato gessado limitando a avaliação dos achados.
- Fratura da epífise distal do rádio e ulna.
- Avulsão do processo estilóide da ulna.





REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN Nº **014373666187**
64018970/2019 16798315848

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 2 COD. RENAVAM 01026535619 RNTRO *****

NOME/ENDEREÇO
MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES
R ANTONIO LUCAS BEZERRA, 5
BELO HORIZONTE
59.604-431 MOSSORO/RN

CPF/CNPJ 064.882.784-44 PLACA OMF7HB9

NOME ANTERIOR
FRANCISCO DE ASSIS GOMES DE LIMA

PLACA ANT/UF OMF7HB9/RN CHASSI 9C2HB0210FAC04311

ESPÉCIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVE COMBUSTÍVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/POP100 ANO FAB 2014 ANO MOD 2015

CAP/POT/CIL 0CV/97 CILINDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE VERMELHA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: H902B1F004311
VEÍCULO SÓ PODE SER TRANSFERIDO PARA TRANSFERÊNCIA
QUANDO EM LOCAL SEGURO

MOSSORO/RN DATA 24/06/2019

Carlos Silvestre da Silva
Coordenador de Registro de Veículos
DETRAN-RN





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Agosto de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200258232

Vítima: MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES

Data do Acidente: 09/04/2020

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: ANGELA EMANUELLY DA COSTA CAPARROZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES

Informamos que o pagamento da indenização do Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

| | |
|------------------|------------|
| Multa: | R\$ 0,00 |
| Juros: | R\$ 0,00 |
| Total creditado: | R\$ 843,75 |

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos
25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 25%) 6,25%

Valor a indenizar: 6,25% x 13.500,00 = R\$ 843,75

Recebedor: **MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA LOPES**

Valor: **R\$ 843,75**

Banco: **341**

Agência: **000008512**

Conta: **0000035296-7**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnebeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0813582-15.2020.8.20.5106

AUTOR: MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 9 de setembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Ciente do despacho cadastrado sob o id 59616307





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnebeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0813582-15.2020.8.20.5106

AUTOR: MARCIA RAQUEL FELIX DA SILVA

RÉU: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 9 de setembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

